



Homologo.
João Ferrão

22-02-2007
João Ferrão
Secretário de Estado do Ordenamento
do Território e das Cidades



**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
ENTRE A
CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
E O
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**

Considerando que:

A informação georreferenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal da Amadora, doravante designada por CMA, carece de cartografia e de informação cadastral para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito do ordenamento do território e lançamento dos PDM de 2ª geração, gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reúna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.



É celebrado o presente Protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Presidente e a CMA, com sede na Avenida do Movimento das Forças Armadas, 1, 2700-961 - Amadora representada por Joaquim Moreira Raposo, na qualidade de Presidente, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Protocolo tem por objecto regular a cooperação a estabelecer entre a CMA e o IGP, nos seguintes aspectos:

- a) Produção de cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:2 000 para a área geográfica abrangida pelo município da Amadora.
- b) Homologação da cartografia e ortofotocartografia digitais produzidas pela CMA na escala supra referida.
- c) Informatização dos elementos cadastrais resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do município da Amadora. A informação produzida tem em vista a integração dos dados produzidos num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pela CMA.

Cláusula 2ª

Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a CMA comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao disposto na alínea c) da cláusula 1ª.



Cláusula 3ª

Acções e Responsabilidades

De acordo com o objecto do presente Protocolo, as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo descritas:

1. Cartografia e Ortofotocartografia Digitais à escala 1:2 000

- a) A CMA promoverá a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia e ortofotocartografia digitais à escala 1:2000, referidos na alínea a) da Cláusula 1ª;
- b) A CMA cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização sobre a cartografia produzida e respectivas actualizações, para os fins tidos por convenientes pelo IGP;
- c) O IGP promoverá gratuitamente a homologação desta cartografia e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente, bem como a homologação, igualmente gratuita, das versões actualizadas.

2. Informatização dos elementos cadastrais resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do município da Amadora:

2.1. Obrigações do IGP:

- a) Disponibilizar à CMA as secções *rasterizadas* e georreferenciadas, no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no Ponto Central, referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica do município da Amadora;



- b) Disponibilizar a base de dados, a ser preenchida pela CMA com a informação correspondente à componente alfanumérica do cadastro;
- c) Disponibilizar à CMA, o acesso aos originais das fichas de prédio do município da Amadora, nas instalações do IGP;
- d) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos da CMA;
- e) Fornecer à CMA o gráfico de ligação (plantas de enquadramento) das secções cadastrais;
- f) Verificar, por amostragem estatística, a informação resultante da digitalização dos elementos gráficos.

2.2. Obrigações da CMA

Fornecer ao IGP toda a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato digital do município da Amadora.

2.3. Obrigações Comuns

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referenciação geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.

Cláusula 4ª

Gratuidade de dados

A transferência de informação cadastral referida na Cláusula 3ª entre os outorgantes efectuar-se-á gratuitamente.



Cláusula 5ª

Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A cartografia produzida pela CMA é propriedade desta entidade, encontrando-se protegida pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não pode ser utilizada para finalidades distintas das protocoladas sem autorização expressa da CMA.
3. A produção, disponibilização, utilização, cópia e divulgação da cartografia referida no âmbito deste protocolo, bem como a sua cedência a terceiros, sob a forma onerosa, devem ser efectuadas nos termos e para os efeitos do Despacho nº 4289/2004, de 19 de Dezembro de 2003 publicado no Diário da República nº 53-II Série, de 3 de Março de 2004, quando aplicável.
4. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 6ª

Alteração ou revisão do Protocolo

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.



2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 7ª

Vigência

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data do seu termo.

Cláusula 8ª

Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 9ª

Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.



Handwritten signature in blue ink.

2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Amadora, 12 de fevereiro de 2007.

Pela CMAmadora,

Handwritten signature of Joaquim Moreira Raposo in blue ink.

Joaquim Moreira Raposo
(Presidente)

Pelo IGP,

Handwritten signature of Arménio dos Santos Castanheira in black ink.

Arménio dos Santos Castanheira
(Presidente)